

Processo: **00249-2004-002-10-00-5 RO** (Acórdão 2ª Turma)
Origem: 2ª Vara do Trabalho de BRASÍLIA/DF
Juiz(a) da Sentença: Gilberto Augusto L. Martins
Relatora: Desembargadora Flávia Simões Falcão
Revisor: Desembargador Mário Macedo Fernandes Caron
Julgado em: **17/08/2005**
Publicado em: **02-Set-2005**
Recorrente: Furnas Centrais Elétricas S/A
Advogado: Lycurgo Leite Neto
Recorrido: Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região
Advogado: Soraya Tabet Souto Maior

Acórdão do(a) Exmo(a) **Desembargadora Flávia Simões Falcão**

EMENTA

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. VALOR DAS PROVAS. O "...inquérito civil é procedimento pré-processual que se insere na esfera do direito processual civil como procedimento, à semelhança do que sucede com relação ao inquérito policial em face do direito processual penal...." (STF-ADI 1285 MC/SP. Min. MOREIRA ALVES). Aplicado às relações de trabalho, tem a finalidade de investigar "...a ocorrência de lesão à ordem jurídica laboral, fornecendo elementos para uma possível ação civil pública" (Ives Gandra Martins Filho, em Ação Civil Pública Trabalhista, pg. 41). Em face de sua natureza essencialmente inquisitiva, os elementos probatórios colhidos no curso do Inquérito têm valor relativo. Porém, só poderão ser desconsiderados se superados por outras provas produzidas perante o Juiz. Precedente do STJ.

PODER DIRETIVO PATRONAL. ABUSO DO DIREITO. Restando provado pelos depoimentos no Inquérito Civil Público e ante a admissão da própria empresa que esta **pressionou funcionários a desistirem de ação trabalhista, que demitiu e transferiu empregados em função dessa situação e que outros perderam cargo comissionado pelo mesmo motivo**, conclui-se que houve abuso no poder diretivo patronal, que tal comportamento ofende, por extensão, toda a coletividade dos trabalhadores e que a empresa também agiu com violência ao direito subjetivo de postular a tutela jurisdicional, constitucionalmente assegurado como garantia fundamental.

Processo: **00310-2007-019-10-00-9 RO** (Acórdão 1ª Turma)
Origem: 19ª Vara do Trabalho de BRASÍLIA/DF
Juiz(a) da Sentença: Osvani Soares Dias
Relator: Desembargador Pedro Luis Vicentin Foltran
Revisor: Desembargador André R. P. V. Damasceno
Julgado em: **25/06/2008**
Publicado em: **04-Jul-2008**
Recorrente: Banco Santander Banespa S.A.
Advogado: Mila Umbelino Lôbo
Recorrido: Ministério Público do Trabalho
Advogado: Adélio Justino Lucas

Acordão do(a) Exmo(a) **Desembargador Pedro Luis Vicentin Foltran**

EMENTA

PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. CLÁUSULA INIBITÓRIA DO DIREITO DE AÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. É perfeitamente aceitável que as partes da relação empregatícia realizem acordos para pôr fim aos vínculos mantidos. **O que não se aceita é o lançamento de Plano de Demissão Voluntária que resultem em termo de Transação Extrajudicial onde haja cláusula que contenha o compromisso de não se intentar reclamação trabalhista futura.** Isso porque o inciso XXXV da Constituição Federal estabelece que não se excluirá da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direito. **DANO MORAL COLETIVO. MULTA.** O dano moral coletivo não requer prova material, evidenciando quando a empresa pratica atos que lesem seus ex-empregados, empregados atuais e os membros da coletividade que possam vir a se candidatar à uma colocação no âmbito do empreendimento, sendo cabível a multa pelo prejuízo causado à sociedade.

Processo: **00133-2009-007-10-00-2 RO** (Acordão 2ª Turma)
Origem: 7ª Vara do Trabalho de BRASÍLIA/DF
Juíz(a) da Sentença: Oswaldo Florencio Neme Junior
Relator: Desembargador João Amílcar
Revisor: Desembargador Alexandre Nery de Oliveira
Julgado em: **27/04/2010**
Publicado em: **07/05/2010 no DEJT**
Recorrente: Viplan - Viação Planalto Ltda.(Em Recuperação Judicial) e Outros
Advogado: Sônia Regina Marques Barreiro
Recorrente: Condor Transportes Urbanos Ltda.
Recorrente: Lotáxi - Transportes Urbanos Ltda.
Recorrente: Ministério Público do Trabalho
Advogado: Mônica de Macedo Guedes Lemos Ferreira
Recorrido: Os Mesmos

Acordão do(a) Exmo(a) **Desembargador João Amílcar**

EMENTA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERESSE. ADEQUAÇÃO. Ao Ministério Público do Trabalho é dado propor ação civil pública para defesa dos interesses coletivos ou difusos dos trabalhadores, vítimas de discriminação quanto à forma de acesso ao trabalho, sendo ela o instrumento jurídico próprio para o alcance desse desiderato. **DISCRIMINAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS. DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO.** Conduta patronal que fere o direito à

cidadania, a dignidade da pessoa, o valor social do trabalho, a igualdade e a proteção ao emprego, valores que têm assento no texto constitucional. Configurada a lesão a interesses transindividuais, que ultrapassam a esfera pessoal de cada um dos trabalhadores, emerge o dever de reparação genérica à sociedade pelos danos causados.

Processo: **00133-2009-007-10-00-2 RO** (Acórdão 2ª Turma)

Origem: 7ª Vara do Trabalho de BRASÍLIA/DF

Juiz(a) da
Sentença: Oswaldo Florencio Neme Junior

Relator: Desembargador João Amílcar

Revisor: Desembargador Alexandre Nery de Oliveira

Julgado em: **27/04/2010**

Publicado
em: **07/05/2010 no DEJT**

Recorrente: Viplan - Viação Planalto Ltda.(Em Recuperação Judicial) e Outros

Advogado: Sônia Regina Marques Barreiro

Recorrente: Condor Transportes Urbanos Ltda.

Recorrente: Lotáxi - Transportes Urbanos Ltda.

Recorrente: Ministério Público do Trabalho

Advogado: Mônica de Macedo Guedes Lemos Ferreira

Recorrido: Os Mesmos

Acórdão do(a) Exmo(a) **Desembargador João Amílcar**

EMENTA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERESSE. ADEQUAÇÃO. Ao Ministério Público do Trabalho é dado propor ação civil pública para defesa dos interesses coletivos ou **difusos** dos trabalhadores, vítimas de discriminação quanto à forma de acesso ao trabalho, sendo ela o instrumento jurídico próprio para o alcance desse desiderato. DISCRIMINAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS. DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO. Conduta patronal que fere o direito à cidadania, a dignidade da pessoa, o valor social do trabalho, a igualdade e a proteção ao emprego, valores que têm assento no texto constitucional. Configurada a lesão a interesses transindividuais, que ultrapassam a esfera pessoal de cada um dos trabalhadores, emerge o dever de reparação genérica à sociedade pelos danos causados.

RELATÓRIO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima descritas. Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, em desfavor de Viação Planalto Ltda - VIPLAN -, CONDOR Transportes Urbanos Ltda. e LOTAXI Transportes Urbanos Ltda. O autor busca, em síntese, sejam as rés compelidas a abster-se de exigir carta de fiança (ou qualquer outra garantia) dos empregados ou candidatos a posto de trabalho, além de fornecer rol daquelas já apresentadas, restituindo-as aos afiançados. Ademais, postula a condenação das empresas, de forma solidária, ao pagamento de indenização a título de danos morais coletivos, na ordem de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (fls. 02/12). A MM. 07ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, rejeitando as preliminares suscitadas, julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados. Condenou as empresas a cumprir a obrigação de não fazer em referênc ia, em seu triplo aspecto, sob o efeito de multa diária. Em resumo, vislumbrou que a prática empresarial está prevista em cláusula de convenção coletiva de trabalho, a qual é inválida, por discriminar os trabalhadores sem condições de apresentar carta de fiança ao empregador, além de haver a possibilidade de burla aos

artigos 462 e 477, §5º, da CLT. Por outro lado, indeferiu a pleiteada indenização, por entender que os empregadores agiram por erro de direito (fls. 254/260). Irresignadas, ambas as partes recorrem ordinariamente. As demandadas, às fls. 261/270, renovam a preliminar de ilegitimidade ativa, acenando com a inexistência de direitos **difusos** ou coletivos a tutelar e, ainda, com desvirtuamento do instituto da ação civil pública, além de insinuar que houve usurpação das prerrogativas inerentes à entidade representativa da categoria profissional. Prosseguem invocam do o artigo 7º, incisos II e XXVI, da Constituição Federal, e defendem a higidez da convenção coletiva de trabalho, bem como a regularidade da conduta acoimada de ilegal. Pedem, pois, a reforma da r. sentença. Comproventes de recolhimento de custas processuais e do depósito legal às fls. 271/272. O Ministério Público do Trabalho, por sua vez, busca o deferimento de indenização de ordem moral coletiva. Argumenta que o eg. TST já declara a invalidade de idêntico instrumento coletivo de trabalho, em cujo dissídio participou o diretor-presidente do sindicato patronal. Como ele também cumula o cargo de diretor- presidente das rés, seria inconteste a plena consciência do ato ilícito. De resto, este repercutiria nos direitos da coletividade, atraindo, pois, o dever de indenizar. Requer, nestes termos, o provimento do apelo (fls. 290/296). Cada um dos recorrentes produziu contrariedade ao apelo interposto pelo ex adversus (fls. 276/287 e 302/306). O d. Ministério Público do Trabalho oficiou à fl. 312, pontuando que atua no feito como parte, sendo desnecessário, portanto, de funcionar como custos legis. É, em síntese, o relatório.

VOTO

ADMISSIBILIDADE. Os recursos são próprios e tempestivos, ostentando o das empresas regular preparo, além de os sucumbentes recíprocos deterem boa representação processual. Presentes os demais pressupostos de admissibilidade, deles conheço. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO. AÇÃO. CONDIÇÕES. INTERESSE. ADEQUAÇÃO. Para melhor compreensão da matéria, julgo oportuno tecer breves comentários acerca da tutela jurisdicional coletiva, na defesa de direitos **difusos**. O Estado tem passado por transformações estruturais, com o surgimento de novos atores sociais, conflitos de massa e a multiplicação de direitos. Alterou-se sensivelmente o perfil da sociedade contemporânea, marcada pelo crescente desenvolvimento tecnológico e científico, influenciada pelo fenômeno da globalização. Em consequência, assistimos, como um processo inevitável, a emergência de novos grupos, classes de indivíduos, grandes aglomerações e interesses transindividuais ou metaindividuais, caracterizados pela transcendência da relação individual. O processo, naturalmente, não pôde ficar alheio a essa nova realidade. Buscam-se meios efetivos e alternativos para a solução desses novos conflitos, que extrapolam a dimensão meramente individual para abarcar os de natureza difusa. Novas regras de direito material e processual são necessárias para possibilitar a tutela dos chamados interesses **difusos** coletivos e individuais homogêneos. Essa nova categoria de direitos é reflexo da uma sociedade complexa, cujos titulares, na maioria das vezes, são marcados pela indeterminação. A doutrina processual clássica, portanto, tinha de ser superada em muitos aspectos para a proteção desses direitos, a exemplo das questões afetas à competência, da legitimidade ad causam e da ampliação dos efeitos subjetivos da coisa julgada. Adapta-se o processo a um novo tipo de litígio; a efetividade da tutela é vista na perspectiva dos consumidores dos serviços jurisdicionais (CAPPELLETTI). A necessidade de afastar os obstáculos ao acesso à jurisdição passa também pela busca de tutela jurisdicional diferenciada, adequada para dirimir litígios coletivos, inibir condutas que prejudicam a sociedade como um todo, impondo medidas punitivas a fim de estimular o infrator a mudar o seu comportamento danoso à coletividade, ao meio ambiente, aos consumidores e trabalhadores, entre vários outros aspectos. Ganha destaque, por exemplo, o papel do Ministério Público no ajuizamento de ações coletivas que atingem um número muito expressivo de cidadãos, que, muitas vezes, estariam à mercê do infrator ou então se obrigariam a arcar com os ônus de ações individuais para estancar as lesões que se multiplicam. Essas ações naturalmente objetivam imprimir maior celeridade e extensão aos julgamentos, evitando conflito de decisões e promovendo a redução numérica das demandas, o que favorece a segurança jurídica e permite, atento ao escopo sócio-político do processo, a busca da pacificação social no plano concreto. Em síntese, a possibilidade da defesa coletiva de direitos dos trabalhadores é mais um instrumento para a proteção da cidadania, por meio da efetivação dos direitos sociais. Na petição inicial o Ministério Público relata que, a par de as reclamadas terem recusado a firmar termo de ajuste de conduta, elas vêm exigindo dos empregados e dos trabalhadores interessados, para o ingresso em seu quadro de pessoal, a prestação de carta de fiança, o que representa a transferência a estes dos riscos da atividade econômica, em ofensa aos artigos 2º, e 462, 1º, e 477, §5º da CLT. Assevera que a conduta representa, ainda, coação moral aos trabalhadores, os quais se submetem a tal exigência como única forma de efetivar a relação de emprego. Observa que muitos deles sequer teria condições financeiras de prestar a garantia, socorrendo de outros

trabalhadores ou familiares, na qualidade de fiadores. Assim, haveria nítida discriminação do acesso ao trabalho, em confronto direto com os artigos 3º, inciso IV, da Constituição Federal e 1º, da Lei nº 9.029/1995, cujo contexto também encontraria estófo na Convenção nº 111, da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Por outro lado, pontua que a circunstância de a prática encontrar eco em cláusula de convenção coletiva de trabalho não afasta a sua ilegalidade, conforme vem entendendo a jurisprudência do col. TST, segundo aresto que destaca. Diante desse cenário, o Ministério Público do Trabalho ajuizou a presente ação civil pública em face das reclamadas, requerendo que elas sejam compelidas à abstenção da exigência de carta de fiança, ou qualquer outra garantia, aos empregados ou candidatos a posto de trabalho, além de fornecer rol daquelas já apresentadas, restituindo-as aos afiançados. Além disso, pleiteou a condenação das empresas, de forma solidária, ao pagamento de indenização a título de danos morais coletivos, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (fls. 02/12). A caracterização legal dos direitos individuais homogêneos, coletivos, e **difusos** vem estampada no art. 81, parágrafo único e incisos, do Código de Defesa do Consumidor. Já a legitimidade do Ministério Público do Trabalho, para a defesa da ordem jurídica, está prevista nos arts. 127 e 129, da CF; 6º, inciso VIII, alíneas c e d, e 83, incisos I e III, da Lei Complementar nº 75/1993. Da mesma forma sinaliza o art. 82, inciso I, da Lei nº 8.078/1990 e, de modo específico, no art. 3º, da Lei nº 7.853/1989, que rege as ações civis públicas destinadas à proteção de interesses s metaindividuais. O preceito sem dúvidas incluiu o direito da coletividade de não sofrer discriminação injusta, quanto ao acesso ao trabalho, o qual constitui a fonte de sua subsistência e de alcance de condições materiais inerentes à dignidade humana. Por outro lado, tal fator de produção revela-se essencial à atividade empresarial e consequente desenvolvimento econômico, sendo dever do Estado zelar pelo respeito a tal direito fundamental. Sob o ponto de vista do interesse, o direito de ação é diverso daquele material a que visa tutelar. Destina-se à obtenção de providência jurisdicional quanto a uma pretensão específica. E, como visto, ao autor é dado propor ação civil pública para defesa dos interesses **difusos** coletivos e individuais homogêneos. A vinculação entre o titular e o bem jurídico é o denominado interesse primário. Mas há outro, que anima o de ação. É o de obter a tutela jurisdicional quanto àquele interesse. O interesse de agir, pois, é o de reclamar a atividade jurisdicional para que tutele aquele interesse primário, que de outra forma não seria protegido. O interesse de agir, em síntese, é secundário, instrumental e subsidiário, de natureza processual, consistente na necessidade de obter determinada providência jurisdicional quanto ao interesse substancial contido na pretensão. Para ser legítimo, o direito de ação pressupõe um conflito de interesses, cuja composição é solicitada ao Estado. Sem lide descabe a invocação da atividade jurisdicional - o que move a ação é o interesse na composição da lide, e não o interesse em lide. Daí a precisa construção doutrinária a definir tal condição no binômio "utilidade-necessidade" (BARBOSA MOREIRA), isto é, a prestação jurisdicional almejada pelo litigante há que ser necessária, desaguando em tese em resultado útil ao seu patrimônio jurídico. Pontua a evidência de pretensão resistida no caso concreto, já que as reclamadas recusaram a firmar termo de ajuste de conduta e, em juízo, pautam pela legalidade da conduta em referência. Para o exame da questão de fundo é necessário analisar a ocorrência de lesão a direitos fundamentais dos trabalhadores, o que encontra perímetro sereno e compatível com a ação civil pública. No caso concreto é extraível a presença da defesa dos interesses individuais homogêneos daqueles empregados que, para ao alcance do emprego foram sujeitos à prestação de caução, pois a origem do alegado dano decorre de fato comum e alcança pessoas certas e determinadas. Da mesma forma tal substrato fático impede, ainda que em tese, a contratação de toda e qualquer pessoa incapaz de apresentar carta de fiança, alcançando o cenário toda a comunidade. Finalmente, a conduta inquinada de ilícita está visceralmente atada à negociação coletiva, atingindo a categoria profissional que dela participou. Logo, entendo nítida a defesa de interesses individuais homogêneos, coletivos e **difusos**. Tem-se assim que o Ministério Público do Trabalho detém a prerrogativa constitucional da defesa dos direitos em lide e, por consequência, a ação civil pública revela-se o instrumento adequado para a finalidade, não havendo falar, pois, no necessário ajuizamento de ação anulatória de cláusulas convencionais (LC nº 75/93, art. 83, inciso IV). De resto, e como dito, a ação civil pública é mais um instrumento de garantia dos direitos da coletividade, que não exclui a atuação os trabalhadores ou de seus representantes, contexto a afastar virtual usurpação das prerrogativas do ente sindical (Constituição Federal, art. 129, §1º). Dentro de tal contexto entendo pela presença de legitimidade e interesse para o processo, bem como a adequação da ação ajuizada aos fins colimados pela parte, panorama a inibir a incidência do art. 267, incisos IV e VI, do CPC. Nego provimento. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. DIREITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO AO EMPREGO. OBRIGAÇÃO DE O EMPREGADO PRESTAR CARTA DE FIANÇA. INVALIDADE. Incontroversamente as reclamadas vem exigindo, pelos menos dos empregados que lidam com numerário - a exemplo de motoristas e cobradores -, a apresentação de carta de fiança como requisito para firmar contrato de emprego. O valor da garantia está situado em torno de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) - fls. 14

32/30 - e as rés asseveram a legalidade do procedimento. Pontuam a previsão de convenção coletiva de trabalho desde o ano de 2001, além aduzirem que a prática é comum no ramo, sequer havendo registro de efetivo desconto da garantia. Portanto, a defesa centra-se na ausência da prática de ato ilícito. Os sindicatos das categorias profissional e econômica estabeleceram as regras para a prestação de carta fiança pelos empregados, tudo como consta da cláusula décima da convenção coletiva de trabalho, vigente nos anos 2001/2002 e 2002/2004 (fl. 63), ad litteram: "Cláusula Décima - Carta de Fiança As empresas só poderão exigir Carta de Fiança para aquele futuro empregado que tiver a obrigatoriedade de trabalhar com numerário." (fl. 39). Entendo que os interesses gerais da categoria representada são expressados, em se tratando de negociação coletiva, apenas pela entidade sindical, sendo inclusive nula se ausente a intervenção desta (CF, art. 8º, inciso VI). A feição normativa das regras coletivas de trabalho é indiscutível, quer se cuide de acordos, convenções ou sentenças. Têm força de lei entre os por elas alcançados - preceitos cogentes os quais obrigam as partes. As entidades sindicais contam com poderes expressos, constitucional e legalmente outorgados, para negociar as condições de trabalho vigentes no âmbito de suas representações - é a preponderância do interesse coletivo sobre o meramente individual, axioma basilar do convívio social. No aspecto específico da lide o col. TST, apreciando cláusula da convenção coletiva de trabalho de idêntico teor da ora em questão, concluiu por sua invalidade - entendase excluiu a cláusula ajustada, por vislumbrar o choque com o direito ao livre acesso ao trabalho -, in verbis: "EMENTA. CARTA DE FIANÇA. A cláusula em análise, afigura-se-me discriminatória na medida em que estabelece encargos apenas para futuros empregados. Além disso, também é discriminatória pois só terá chance de concorrer ao emprego o trabalhador que tiver condição de obter a carta de fiança. Recurso ordinário em dissídio coletivo provido."(TST-RODC- 709.475/2000.2, ac. SDC, Rel. Min. VANTUIL ABDALA, DJ, 27/09/2001). No caso concreto os entes sindicais apenas repetiram a mesma exigência declarada ilegal pelo col. TST, agora nos anos posteriores. Muito embora a decisão da mais alta Corte não revele cunho vinculativo, no sentido estrito do termo, o Poder Judiciário é bem mais que um amontoado de magistrados, cada um decidindo questões de relevância como bem lhes aprouver. Como fração do poder do Estado, que visa à entrega da segurança social e jurídica, não deve olvidar o entendimento superior, que é o último e fatal. Caso contrário, restará consagrada a disparidade de situações individuais e, conseqüentemente, o caos jurídico. Assim, adoto com tranquilidade o ilustre precedente. Ad argumentandum tantum, mesmo que admitindo em tese a regularidade das cláusulas normativas em comento, elas vigeram apenas no lapso de 2001 a 2004. Semelhante previsão não foi renovada nas convenções coletivas de trabalho nos anos de 2005 a 2010 - CCT 2005/2006 (fls. 87/105), CCT 2006/2007 (fls. 114/144) e CCT 2008/2010 (fls. 145/170). Ora, como as convenções coletivas de trabalho vigem no prazo nela estabelecidos, inexistente, portanto, o apregoado suporte jurídico para a empresa exigir carta de fiança dos empregados, pelo menos após o ano de 2005. Noto que os sindicatos até intentaram dar ultratividade aos instrumentos anteriores, mas por meio de norma genérica (v. g., cláusula sexagésima nona - fl. 170). A conduta em pauta é restritiva de direito, logo ele deveria ser expressa. Estabelecidos tais premissas, entendo ser direito lícito dos trabalhadores o livre acesso ao trabalho, sem qualquer espécie de discriminação, como disciplina a Constituição Federal em diversas passagens, sendo poder-dever do Poder Judiciário zelar pela correta observância de tais preceitos. Evidenciado o elo lógico entre a causa e o efeito apregoados pelo autor, emerge a necessária reversão das coisas ao status anterior, persistindo assim as determinações consagradas pela r. sentença, quais sejam, a obrigação de cessar imediatamente a prática; a restituição, aos empregados, das cartas de fiança exigidas, além da apresentação do rol de empregados que as entregaram à empresa, tudo sob o efeito de pagamento das multas diárias ali registradas. Nego provimento ao apelo das demandadas, registrando a ausência de aparente violação dos dispositivos legais e constitucionais mencionados. DANO MORAL COLETIVO. INDENIZAÇÃO. Partindo da premissa de que os réus condicionam a admissão de empregados, sem nenhum supedâneo jurídico a ampará-la, resta caracteriza a discriminação infundada de trabalhadores. Em razão do fato, o Ministério Público do Trabalho pede indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). De plano reporto-me aos fundamentos expendidos no tópico anterior, os quais são suficientes para a demonstração da prática, pelo demandado, da ilegalidade noticiada pelo autor. Aqui é oportuno pontuar que a direção do grupo econômico era exercida pelo diretor-presidente do sindicato patronal. Logo, aflora serena a consciência do ato ilícito. Incumbia ao Ministério Público produzir prova dos pressupostos fáticos necessários à configuração do dano, e tal encargo foi implementado satisfatoriamente, demonstrando a prática de ato potencialmente lesivo à dignidade da pessoa. Acrescento, por oportuno, que em se tratando de dano moral é desnecessária a prova da existência de prejuízo ou sofrimento concretos, bastando apenas a da prática de ato capaz de produzir tal efeito, segundo o padrão médio de normalidade, como orienta a jurisprudência pacífica do c. STJ (v. g., REsp-52842/94-RJ, Ac. 3ª Turma, Rel. Min. CARLOS ALBERTO

MENEZES DIREITO, DJ de 27/10/97; REsp- 53729/94-MA, Ac. 4ª Turma, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO, DJ de 23/10/95). Tal compreensão ganha especial relevância na hipótese de dano moral coletivo, quando toda a sociedade é alcançada e prejudicada pela conduta ilegal do infrator. A moral coletiva é autônoma e independente, estando desatrelada daquela inerente a cada um dos indivíduos. Rememoro que as ações coletivas demandam um olhar diferenciado dos operadores de direito e dos cidadãos, em cotejo com as ações individuais. Aqui não se cogita de indenizar os trabalhadores pela discriminação a que foram submetidos; o interesse em lide ultrapassa a esfera meramente individual das pessoas diretamente lesadas. A ofensa está situada na esfera dos denominados interesses transindividuais, razão pela qual o objetivo é impor sanção, isto é, onerar pecuniariamente o infrator de modo tal a dissuadi-lo de praticar tais irregularidades, que ofendem toda a sociedade. Busca-se assim desestimular novas lesões e compensar os efeitos negativos decorrentes do desrespeito aos bens mais elevados do grupamento social (Irany Ferrari e Melchíades Rodrigues Martins in "Dano Moral - Múltiplos Aspectos nas Relações de Trabalho", 2ª ed., LTR, São Paulo). Nesse sentido caminha a jurisprudência do c. TST, conforme revela precedente cuja ementa reproduzo: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. REPARAÇÃO. POSSIBILIDADE. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DOS TRABALHADORES RURAIS DA REGIÃO. Não resta dúvida quanto à proteção que deve ser garantida aos interesses transindividuais, o que encontra-se expressamente delimitado no objetivo da ação civil pública, que busca garantir à sociedade o bem jurídico que deve ser tutelado. Trata-se de um direito coletivo, transindividual, de natureza indivisível, cujos titulares são os trabalhadores rurais da região de Minas Gerais ligados entre si com os recorrentes por uma relação jurídica base, ou seja, o dispêndio da força de trabalho em condições que aviltam a honra e a dignidade e na propriedade dos recorridos. Verificado o dano à coletividade, que tem a dignidade e a honra abalada em face do ato infrator, cabe a reparação, cujo dever é do causador do dano. O fato de ter sido constatada a melhoria da condição dos trabalhadores em nada altera o decidido, porque ao inverso da tutela inibitória que visa coibir a prática de atos futuros a indenização por danos morais visa reparar a lesão ocorrida no passado, e que, de tão grave, ainda repercute no seio da coletividade. Incólumes os dispositivos de lei apontados como violados e inespecíficos os arestos é de se negar provimento ao agravo de instrumento. (AIRR-561/2004- 096-03-40, Ac. 6ª Turma, Relator Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA, DJ de 19/10/2007). Quanto ao valor da indenização, considerando o porte das empresas, além dos potenciais reflexos do dano, inclusive à luz de sua duração no tempo, e o grau de culpa dos empregadores, que considero acentuado, entendo cônsona com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade a sua fixação em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), importe a ser revertido em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Dou provimento ao apelo do autor. CONDENAÇÃO O. VALOR. Provido, em parte, o recurso ordinário do autor, arbitro à condenação o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), do que resulta a fixação das custas, pelas empresas, em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). CONCLUSÃO Conheço dos recursos ordinários e rejeito a preliminar suscitada, para no mérito negar provimento ao das empresas e prover o interposto pelo autor, condenando as demandadas ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, a ser revertido para o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT -, tudo nos estritos termos da fundamentação. Custas pelas rés, no importe de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), calculadas sobre R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), novo valor arbitrado à condenação.

CONCLUSÃO

Por tais fundamentos, ACORDAM os Desembargadores da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Ordinária, à vista do contido na certidão de julgamento (fl. retro), por unanimidade aprovar o relatório, conhecer dos recursos ordinários e rejeitar a preliminar suscitada, para no mérito negar provimento ao das empresas e prover o interposto pelo autor, condenando as demandadas ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, a ser revertido para o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT . Custas pelas rés, no importe de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), calculadas sobre R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), novo valor arbitrado à condenação.